

Richard, Nino Paraíba e Vitor Mendes, além de outros três jogadores da elite do futebol brasileiro, foram afastados pelos clubes. PF vai abrir inquérito para apurar denúncias

Esquema chega aos mineiros

AILTON DO VALE

O esquema de manipulação de jogos envolvendo apostas esportivas chegou aos clubes de elite do futebol mineiro. Cruzeiro e América afastaram ontem, respectivamente, o volante Richard, de 29 anos, e o lateral Nino Paraíba, de 37, ambos citados em investigação da Operação Penalidade Máxima II, realizada pelo Ministério Público de Goiás. O Atlético também tem um jogador envolvido no caso. O zagueiro Vitor Mendes, de 24 anos, que está emprestado ao Humense, foi afastado das atividades da equipe carioca. Os três jogadores, no entanto, ainda não foram formalmente denunciados, e os clubes aguardam comunicados oficiais da Justiça para se manifestarem.

Além de Richard, Nino Paraíba e Vitor Mendes, outros três jogadores da elite do futebol brasileiro já foram afastados de seus clubes por suspeita de participação em manipulação de resultados: o zagueiro Eduardo Bauermann, do Santos, além do lateral Pedrinho e do meia equatoriano Bryan García, ambos do Atlético-PB.

Os seis atletas citados na investigação do MP podem se tornar réus e se forem considerados responsáveis pela manipulação de resultados em partidas do Campeonato Brasileiro de 2022, podem cumprir penas de até seis anos de prisão. Clubes e casas de apostas, por sua vez, são tratados como vilões.

Ontem, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que determinou a instauração de inquérito para apurar manipulação de resultados em competições esportivas. "Diante de indícios de manipulação de resultados em competições esportivas, com repercussão interestadual e até internacional, estou determinando hoje que seja instaurado inquérito na Polícia Federal para as investigações legalmente cabíveis."

Ao todo, 15 atletas foram denunciados até agora: Eduardo Bauermann (zagueiro, Santos); Gabriel Tota (meia, Ypiranga-RS); Paulo Miranda (zagueiro, sem clube); Igor Carli (lateral-esquerdo, Sport); Victor Ramos (zagueiro, Chapecoense); Fernando Neto (volante, São Bernardo); Mathheus Gomes (golheiro, sem clube); Romário (ex-Vila Nova); Joseph (futebolista); Mateusinho (ex-Sampaio Corrêa, hoje no Cuiabá); Gabriel Domingos (Vila Nova); Allan Godói (Sampaio Corrêa); André Queiroz (ex-Sampaio Corrêa, hoje no Bruno); Ygor Catiani (ex-Sampaio Corrêa, hoje no Sepahan, do Ira); e Paulo Sérgio (ex-Sampaio Corrêa, hoje no Operário-PR).

Segundo o advogado Vitor de Araújo, especialista em direito desportivo, ainda é difícil mensurar a extensão dos danos causados pela conduta dos jogadores que se envolveram no esquema de apostas. "É importante ressaltar que eles podem ser responsabilizados penalmente, na seara trabalhista, e desportivamente. Na seara trabalhista eles podem ter os contratos rescindidos por culpa deles e de maneira que ainda devam aos clubes uma dívida indenizatória, além de multa que poderia chegar a R\$ 100 mil", detalha.

BANIMENTO DO ESPORTE Ainda há a possibilidade de os jogadores serem banidos do esporte. O código disciplinar da Fifa prevê até mesmo a possibilidade de banimento do jogador da modalidade, as-



Operação Penalidade Máxima II veio à tona por meio do presidente do Vila Nova-GO e também major da PM, Hugo Jorge Bravo



Richard, do Cruzeiro, Nino Paraíba, do América, e Vitor Mendes, que pertence ao Atlético, mas está emprestado ao Flu: "mineiros" citados na investigação

Pontapé inicial da operação

A Operação Penalidade Máxima, do Ministério Público de Goiás, veio à tona após o presidente do Vila Nova-GO, que também é major da Polícia Militar, Hugo Jorge Bravo, descobrir o envolvimento de um jogador do clube com o esquema e denunciar o caso ao MP, em novembro do ano passado. O pivô da situação foi o volante Romário, de 20 anos. Conforme a investigação, o jovem atleta foi alçado pelo grupo criminoso para cometer um penalti na partida contra o Sport, pela 38ª rodada da Série B. Em troca, ele receberia R\$ 150 mil, sendo R\$ 10 mil adiantados.

Entretanto, Romário não foi relacionado para aquele jogo e tentou convencer, sem sucesso, outros jogadores da equipe a cometer a penalidade propositalmente. Como consequência, o atleta foi pressionado pelos criminosos e a informação chegou até o presidente do Vila.

Uns três, quatro dias depois da partida, algumas pessoas me alertaram sobre a situação do Romário. Disseram que ele sofreu uma pressão porque teria prometido algo relativo a aposta esportiva em um jogo e não concretizou. Eu ouvi de uma pessoa e comecei a cutucar um outro e a conversa foi ganhando autenticidade de verdade", relembra Jorge Bravo.

O mandatário do Vila ainda conta que sua experiência enquanto policial militar foi determinante para que ele descobrisse quem era o responsável pelas ameaças ao jogador: o empresário Bruno Lopez de Moura, apostador preso na primeira fase da operação, no início deste ano, e apontado pelo MP como líder da quadrilha que conseguiu manipular diversas partidas das Série A e B de 2022 e de alguns estaduais de 2023.

"Eu fui buscar desenvolver, fazer um trabalho para a gente buscar o fio de meada e aí chegamos no contato do apostador e eu me coloquei à disposição dele para resolver aquele problema, ou seja, cooperar. Foi quando ele (Bruno) abriu de forma voluntária como teria funcionado todo o esquema. E aí ele me explicou que eram apostas combinadas. Relatou como seria e, de posse dessas informações, que seriam provas, eu procurei o Ministério Público. A partir daí o promotor abraçou a ideia, deu confiança, acreditou e levou essas informações adiante o que culminou na primeira fase da operação", explica.

De acordo com Jorge Bravo, o empresário responsável pelo esquema chegou a cobrá-lo pelo prejuízo que teve com a aposta fracassada relacionada ao volante Romário, em torno de R\$ 500 mil. "Eu achei o Bruno um verdadeiro fanfarrão porque ele achava que aquela ação dele era algo natural, que ele estava fazendo certo e que tinha que cobrar, porque teve prejuízos. Eu achei ele um cara completamente alienado, um lunático, um louco. Ele chegou a reclamar comigo: 'vou ficar no prejuízo, como é que eu vou fazer?', relata o pro competente", finaliza.

TRÊS PERGUNTAS PARA

HUGO BRAVO, presidente do Vila Nova-GO e autor da denúncia de manipulação

- 1 O senhor imaginava, no momento da denúncia, que o caso chegaria a uma proporção tão grandiosa como essa, a ponto de mudar o futebol brasileiro como um todo? O Campeonato Brasileiro pode ser interrompido?**
Isso de interromper campeonato não existe. Mesmo porque a gente tá falando de fatos pretéritos. Não acredito de forma alguma. Nós tínhamos certeza que isso iria deflagrar em algo. Por mais que ficasse tão somente na Série B naquele momento, com as informações que tínhamos no início, a gente sabia que ia chegar num ponto em que haveria repercussão. Chegar a Série A é mérito do promotor, mas não me surpreende ter chegado a esse ponto. A minha maior surpresa foi o empenho do Ministério Público. Esse promotor, doutor Fernando, foi diferenciado. Praticamente ele sozinho com um assessor conseguiu descobrir isso tudo.
- 2 É o maior escândalo da história do futebol brasileiro?**
Não tenho dúvida, porque é muita coisa. Na verdade é tanta coisa que eu não sei se vai ter braço para o promotor pegar tudo. Não estou participando da investigação, mas falo isso por perspectiva nossa. Com certeza isso aí já superou a máfia do apito. Acredito que vai gerar algumas mudanças no futebol. A principal delas é que deve ser banido das apostas esportivas as ações individuais. Isso tem que ser proibido. Tanto de cartões, penalidades e faltas. Sou favorável a ter apostas de gols, vitórias parciais, algo que tenha ali uma ação que depende de mais uma pessoa, isso aí vai inibir bastante (as manipulações). As casas de apostas são vilãs tanto como os clubes.
- 3 Houve omissão por parte de presidentes de outros clubes?**
Eu tenho certeza absoluta. Só que eu não posso atribuir a eles uma responsabilidade porque as vezes eles não tinham uma expertise de buscar (mais informações). As vezes eles não tiveram coragem para fazer. Não estou dizendo que sou mais corajoso que os outros. Mas, para mim, que estou acostumado a mexer com coisa muito pior do que essa, isso daí não me assusta. Mas eu tenho a convicção e sei de presidentes que inclusive me ligam pedindo opiniões porque sabem que aconteceu e as vezes por não saber como operar isso, porque não são da área de segurança, ficam com receio. Mas eu tenho certeza que sabem.

sim de não poderia mais exercer a função de atleta. É, por último, mas não menos importante, são as ações penais previstas no Estatuto do Torcedor, que falam sobre as vantagens que obtiveram os jogadores que alteram ou falseiam resultados", complementa.

Nas redes sociais, atônitos com o escândalo da manipulação de jogos, torcedores questionam se o Brasileiro não deveria ser paralísado. O advogado descarta essa possibilidade. "É remota (a paralisação) por con-

ta de um dos princípios mais importantes do direito desportivo, que é o pro competitive. Um resultado obtido dentro de campo só deve ser alterado caso ocorra algo absurdo mesmo, determinante para macular aquele resultado", salienta.

Para exemplificar esse preceito do direito desportivo, Vitor de Araújo relembra o caso da Máfia do Apito, que ocorreu em 2005, e alterou a classificação do Brasileiro após a remarcação das partidas apitadas pelo árbitro Edilson Pereira de Carva-

lho, que manipulava jogos para favorecer apostadores. "Naquele ano, o árbitro, propositalmente, buscava interferir em vitórias e derrotas do campeonato. Nos casos ocorridos no ano passado e no começo deste ano, como na maioria dos jogos, não se observa uma atitude determinante dos jogadores em relação aos resultados. Esses cartões recebidos não foram preponderantes, muito dificilmente esses jogos serão anulados muito por conta desse princípio do pro competitive", finaliza.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Esportes Pagina: 12